



**Nº 10 – JUNHO 2016**

**DESTAQUES**

**Brasil defende ratificação do Protocolo do Comércio Ilícito do tabaco  
Paraguai rejeita sugestão, e países do Mercosul não fecham acordo**

De acordo com publicação no Portal do Ministério da Saúde, o Brasil apresentou proposta para que todos os países do Mercosul ratifiquem o protocolo de combate ao comércio ilegal de tabaco. O Paraguai, considerado um grande exportador de cigarro ilegal, não apoiou a medida, o que interferiu no entendimento, já que os países do Mercosul estabeleceram o consenso como regra para fechamento de acordos.

A medida foi discutida no dia 17 de junho durante a 39ª Reunião de Ministros da Saúde do bloco, realizada em Montevideu, no Uruguai. O ministro da Saúde, Ricardo Barros, afirmou que após uma reunião com os ministros brasileiros envolvidos com o tema, tomou a posição de avançar na implementação do protocolo.

“Nos últimos anos, o fortalecimento das ações de combate ao mercado ilegal de cigarros tem sido uma das linhas de atuação do governo brasileiro. Atualmente, o Brasil tem controle integral de todas as linhas de produção de cigarros em seu território, o que possibilita acompanhar os níveis de produção, bem como o correto destino destes produtos, evitando diversas práticas ilícitas. O governo brasileiro está empenhado na ratificação do Protocolo e tem muito interesse em continuar com medidas fortes para redução do consumo de tabaco no Brasil”, ressaltou o ministro.

A declaração pela ratificação do protocolo foi seguida pelo Uruguai e Venezuela. A expectativa é que na próxima declaração conjunta sobre o tema, prevista para o próximo semestre, seja firmada por todos os países do Mercosul. O protocolo foi desenvolvido a partir da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Após a decisão do governo brasileiro, o documento deve ser aprovado pelo Congresso Nacional, para então ser assinado pela presidência da república. De acordo com o Balanço Aduaneiro de 2015 da Receita Federal, em 2014 foram apreendidos R\$ 515 milhões em cigarros e similares. Já em 2015, foram apreendidos R\$ 702 milhões – um crescimento de 36%.

As medidas previstas no documento têm como objetivo tornar a cadeia de oferta de produtos de tabaco segura. O documento prevê, por exemplo, que se estabeleçam mecanismos de rastreamento dos produtos, de forma que sejam controlados desde a fábrica até os pontos de venda. No Brasil, esse tipo de ferramenta já foi implementada pelo governo federal.

Fonte: Portal da Saúde – Edição: SE-Conicq

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/24122-ministros-da-saude-reforcam-combate-ao-comercio-ilegal-de-tabaco>

## **BRASIL**

### **Receita aumenta controle em empresas fabricantes de bebidas e cigarros**

O Diário Oficial da União publicou instrução normativa para aumentar o controle da Receita Federal sobre as entradas e saídas de insumos e produtos nas empresas fabricantes de bebidas e de produtos do fumo, bem como os saldos em estoque.

A norma, informa a Receita, obriga a escrituração dos dados no Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

A Receita destaca que, como os setores de bebidas e cigarros são muito sensíveis em relação às questões de arrecadação tributária, há necessidade de maior acompanhamento econômico-tributário desses setores.

A medida será importante instrumento também para coibir a utilização de selos de controle falsos, expediente utilizado, segundo a Receita, por empresas fabricantes de bebidas quentes e de cigarros para escapar ao controle fiscal.

Com a mudança, a Receita pode, por exemplo, subsidiar fiscalizações que visem a verificar a formação de créditos de tributos sobre aquisições de insumos, identificar aquisição e venda de mercadorias sem emissão de documento fiscal, identificar e controlar estoques do informante em poder de terceiros, entre outros.

Combinado com o controle dos insumos, estoque e produção, haverá o cruzamento das informações fornecidas pelas Notas Fiscais Eletrônicas. Assim, eventuais diferenças, se não justificadas, poderão configurar omissão de receitas.

Jornais dos Estados produtores de tabaco divulgaram a matéria sem, no entanto, produzirem comentários.

Fonte: Jornal Cruzeiro – Edição: SE-Conicq

<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/710534/receita-aumenta-controle-em-empresas-fabricantes-de-bebidas-e-cigarros>

## **DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO**

### **Cadeia Produtiva do tabaco atua contra exigência de comprovação de diversificação**

**Em 2012, representantes do setor reverteram medida do Banco Central**

Editada no início de maio, a resolução 4.483 do Banco Central que concede crédito dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) aos agricultores que comprovem 30% da receita gerada por meio de outras culturas, que não a fumicultura, a partir de 1º de julho, provocou, mais uma vez, questionamentos entre representantes da cadeia produtiva do tabaco.

Pela nova medida, a comprovação para acesso ao crédito de investimento dentro do Pronaf deverá ser de 30% a partir de julho, de 40% na safra 2017/2018 e 50% no ciclo seguinte. Hoje, o percentual de receita exigido de outras atividades é de 20%.

A Resolução do Banco Central segue a lógica do Programa Nacional de Diversificação das áreas cultivadas com tabaco: a limitação dos empréstimos serviria como um incentivo para pequenos fumicultores diversificarem suas atividades.

Em 2012, deliberação semelhante chegou a ser publicada pelo Banco Central, por solicitação do então Ministério do Desenvolvimento Agrário, e foi revertida após intensa pressão política do setor junto aos Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário.

Fonte: Zero Hora – Edição: SE-Conicq

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/06/um-tiro-no-pe-na-tentativa-de-diversificar-a-producao-de-tabaco-6081162.html>

## **INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO**

### **Cadeia Produtiva do Tabaco solicita ao MAPA inclusão do setor na COP7**

**Representantes saem com promessa de revogação da Resolução do Banco Central**

O Consultor da Afubra, Romeu Schneider, declarou que o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, irá consultar outros ministérios para avaliar as condições da participação da Cadeia Produtiva do Tabaco na Conferência das Partes (COP7), que será realizada na Índia, em novembro de 2016.

A informação foi dada por Schneider durante entrevista à Rádio Afubra no dia 25 de junho, quatro dias após a reunião ocorrida em Brasília, entre representantes do setor e prefeitos da Associação dos Municípios produtores de Tabaco (Amprotabaco) com o ministro do MAPA.

Segundo Schneider, durante a reunião, agendada pelo gabinete da Senadora Ana Amélia (PP-RS), o setor teve a oportunidade de defender a importância da cadeia produtiva do

tabaco, e ouviu a declaração do ministro de que o avô plantou tabaco no Oeste de Santa Catarina.

Os representantes da fumicultura também estiveram com o Secretário Especial da Agricultura Familiar, José Ricardo Rosseno, para solicitar a revogação da Resolução do Banco Central que condiciona o financiamento do Pronaf ao aumento da diversificação das áreas plantadas com tabaco. O consultor da Afubra afirmou que o Secretário disse que encaminhará a solicitação ao Banco Central para que a medida seja cancelada.

“Ela (a resolução) está caminhando no sentido oposto daquilo que o governo sempre pregava que é o estímulo para a diversificação, e a resolução do Banco Central simplesmente faz o contrário, ela restringe acesso aos produtores de tabaco a financiamento via Pronaf para investimento, e simplesmente dificulta”, declarou Schneider.

No mesmo dia, em Brasília, paralelo à agenda dos representantes do tabaco, a equipe da Secretaria-Executiva da Conicq liderada por Tânia Cavalcante, esteve presente na Audiência Pública convocada pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), através da Comissão de Agricultura, onde defendeu a importância do Programa de Diversificação das áreas cultivadas com tabaco, além de reafirmar os números que apontam para a extensa quantidade de tabaco exportado pelo Brasil, e suas consequências perante os produtores.

“Dados demonstram que 87% da produção é exportada, o que demonstra a fragilidade das regiões produtoras de tabaco, que são demandados pelo mercado internacional, e não pelo nacional, que já está em franca redução há muitos anos”, afirmou Cavalcante.

O alerta sobre a retração global dos fumantes e sua relação com a queda na renda dos agricultores que plantam tabaco é quase sempre relegada pela representação da economia do tabaco.

Fonte: Rádio Afubra – Edição: SE-Conicq

[http://www.afubra.com.br/content/blog/10430/audio/blog\\_new-inafkbcd\\_programa25062016parte1.mp3](http://www.afubra.com.br/content/blog/10430/audio/blog_new-inafkbcd_programa25062016parte1.mp3)

## **TABACO ILÍCITO**

### **Mesmo sem contrabando, cigarro geraria rombo de R\$ 5 bilhões**

Apontado pela indústria do cigarro como vilão da arrecadação de impostos no Brasil, o contrabando é apenas uma parte do problema. Por lei, o governo repassa o dinheiro arrecadado à área da saúde para tratamento de doenças relacionadas ao tabagismo.

Levantamento feito pelo Portal R7 aponta, porém, que mesmo com a extinção da venda ilegal, o consumo de cigarro ainda geraria um rombo de R\$ 5 bilhões aos cofres públicos.

De acordo com a ACT (Aliança de Controle do Tabagismo), o setor de cigarro repassa ao Estado aproximadamente R\$ 12 bilhões ao ano em tributos federais e estaduais.

Caso o cigarro contrabandeado passasse a ser vendido legalmente, seriam somados a esse valor ao menos R\$ 4 bilhões, totalizando uma captação de impostos de R\$ 16 bilhões. O valor ainda é R\$ 5 bilhões inferior ao que foi gasto em 2011, por exemplo, com o tratamento de apenas 15 doenças relacionadas ao fumo. Segundo estudo da FioCruz, os gastos naquele ano chegaram a R\$ 23 bilhões.

A diretora executiva da ACT, Paula Johns, considera desonesta a tentativa de apontar o cigarro como um problema apenas de evasão de recursos e não como uma questão de saúde pública. A indústria do cigarro argumenta que, se os tributos fossem reduzidos, o contrabando perderia a força e a arrecadação de impostos poderia ser maior. Paula acredita, no entanto, que existem outros meios de acabar com a venda ilegal que não interfeririam nas políticas de saúde.

— O lucro líquido da indústria ainda é grande. O que vemos é que os fabricantes de cigarro ficam com o bônus e o ônus é compartilhado com a sociedade. A conta que fizemos foi feita apenas com algumas doenças relacionadas ao tabagismo, porque os custos do cigarro na saúde do País são muito maiores. Contrabando deve ser tratado com medidas contra contrabando e não eliminando medidas que comprovadamente reduzem o consumo, como é o caso da alta do preço.

Fonte: Diário de Arapiraca – Edição: SE-Conicq

[http://diarioarapiraca.com.br/noticia/brasil/mesmo-sem-contrabando-cigarro-geraria-rombo-de-r\\$-5-bilhoes/6/16912](http://diarioarapiraca.com.br/noticia/brasil/mesmo-sem-contrabando-cigarro-geraria-rombo-de-r$-5-bilhoes/6/16912)

## ARTIGO

### Como a indústria de agrotóxicos imita a do tabaco

Ton Muller

O artigo abaixo é um esforço para traçar um paralelo do atraso da percepção pela sociedade dos malefícios de ambos os setores, tabaco e agrotóxico, ainda que retratando a experiência americana.

Nas últimas semanas, duas grandes organizações médicas emitiram avisos separados sobre substâncias químicas tóxicas nos produtos que nos rodeiam. As substâncias não estão regulamentadas, dizem eles, e estão ligadas ao câncer de mama e próstata, deformidades genitais, obesidade, diabetes e infertilidade.

“A ampla exposição a produtos químicos tóxicos ambientais ameaça a reprodução humana saudável”, advertiu a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia em um comunicado no mês passado. Os avisos são um lembrete de que a indústria química

herdou o manto da indústria do tabaco, minimizando a ciência e a resistência à regulação de maneira que causam danos devastadores para os cidadãos inocentes.

Na década de 1950, os pesquisadores achavam que os cigarros causavam câncer, mas o sistema político demorava a dar uma resposta. Agora, o mesmo está acontecendo com produtos químicos tóxicos. O foco da federação ginecológica é sobre os produtos químicos que imitam os hormônios sexuais e muitas vezes confundem o corpo. Desreguladores endócrinos são encontrados em pesticidas, plásticos, cosméticos, xampus e recibos dos registo de dinheiro, alimentos e inúmeros outros produtos.

“A exposição a produtos químicos tóxicos durante a gravidez e lactação é onipresente, disse a organização, acrescentando que as mulheres grávidas nos Estados Unidos têm pelo menos 43 contaminantes químicos diferentes em seu corpo. Um relatório do Instituto Nacional do Câncer constata que “uma quantidade preocupantes de bebês nascem pré-poluídos”.

Este aviso foi escrito por especialistas do Colégio Americano de Obstetrícia e Ginecologia, a Sociedade Americana de Medicina Reprodutiva, a Organização Mundial de Saúde, o Royal College de Obstetras e Ginecologistas da Grã-Bretanha e outros grupos similares. Estes profissionais médicos estão na linha de frente. São os que tratam as mulheres com câncer da mama. Ambas são condições associadas à exposição precoce aos desreguladores endócrinos. Casos crescentes de hipospadia, um defeito de nascença em que as crianças nascem com uma abertura uretral no lado do pênis.

A outra grande organização emitiu recentemente um aviso, a Endocrine Society, a associação internacional de médicos e cientistas que trabalham com o sistema hormonal. “Novas evidências ligam distúrbios endócrinos a exposição de químicos, e estão entre as maiores ameaças à saúde pública enfrentados pela sociedade – diabetes e obesidade — disse ele à Endocrine Society, ao anunciar um relatório de 150 páginas.

Ele acrescentou que há “evidência crescente” que os produtos tóxicos geram a infertilidade, câncer de próstata, testicular, da mama, uterino, do ovário e problemas neurológicos. Às vezes, esses problemas surgem aparentemente em adultos por causa de exposições décadas anteriores em fases fetais.

“A ameaça é particularmente grande quando são expostos nascituros”, disse a *Endocrine Society*. Tracey J. Woodruff, da Universidade da Califórnia, San Francisco diz: “Um mito sobre produtos químicos é que o governo dos EUA garante que eles são seguros antes de entrar no mercado.” Na verdade, a maioria é considerada segura, a menos que se prove o contrário.

Dos 80 mil ou mais produtos químicos em produção hoje no comércio mundial, apenas uma pequena parte foi analisada de forma rigorosa para a segurança. Mesmo quando uma substância foi removida por razões de saúde, o produto de substituição pode ser tão

ruim quanto antes. “É frustrante ver a mesma história uma e outra vez”, disse o professor Woodruff. “Os estudos em animais, *in vitro* e estudos em humanos mostram que os produtos químicos causam efeitos adversos A indústria química diz.” Esses estudos não são bons, e pedem para ser exibidos testes com a evidência humana. A evidência humana leva anos e exige que as pessoas fiquem doentes. “Nós não devemos ter que usar o público como cobaias”.

A Europa está se movendo para testar produtos químicos antes de entrar no mercado, mas nos Estados Unidos o processo é muito lento, devido ao poder do lobby químico. “Há quase infinita o paralelismo com a indústria do cigarro”, diz Andrea Gore, professor de farmacologia na Universidade do Texas em Austin e editor da revista *Endocrinology*.

Por agora, os especialistas dizem que a melhor abordagem é que as pessoas tentem se proteger. Especialmente as mulheres que estão grávidas ou podem se tornar grávidas, e as crianças pequenas, devem tentar comer alimentos orgânicos.

O lobby químico lançou o equivalente a US\$ 121 mil para cada membro do Congresso norte-americano no ano passado. Por isso, esperam que as empresas químicas ganhem muito dinheiro, enquanto mais crianças nascem com hipospádia e mais mulheres morrem desnecessariamente de câncer de mama.

Fonte: **Outras Palavras**

<http://outraspalavras.net/outrasmidias/capa-outras-midias/como-a-industria-de-agrotoxicos-imita-a-do-tabaco/>

## **MUNDO SEM TABACO**

### **Uruguai anuncia redução de consumo de tabaco entre adolescentes**

A determinada política antitabaco no Uruguai está surpreendendo nos resultados. De acordo com números apresentados pelo presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, nos últimos 11 anos o consumo de tabaco entre adolescentes com idades entre 12 e 17 anos reduziu de 30,2% para 9,2%. No mundo, esta faixa etária é cobiçada pela Indústria do Tabaco com apelos visuais cada vez mais surpreendentes. Vázquez anunciou os dados por vídeo durante o Congresso Mundial de Cardiologia e Saúde Cardiovascular, realizado na Cidade do México.

O presidente Vázquez disse que as políticas de saúde implementadas pelo governo uruguaio desde 2005, fizeram com que o consumo de cigarros reduzisse junto a jovens entre 12 e 17 anos.

Falando para um público de 4 mil especialistas, Vazquez informou que também houve redução de tabagismo entre as mulheres grávidas, de 15% em 2007 para 42% em 2012,

valores que correspondem a um aumento significativo no peso de seus filhos no momento do nascimento.

"No Uruguai, antes da implementação destas medidas, a prevalência de tabagismo era a maior da América Latina, e os espaços públicos fechados os mais contaminados pela fumaça de segundo mão do mundo", disse o presidente.

Vázquez recordou em seu discurso que o governo avaliou que em 2005 ocorriam 6 mil mortes devido à exposição ao fumo de tabaco e doenças relacionadas.

Ele declarou que o Plano de Ação Quinquenal 2015-2020 incluiu como meta a redução de 20% na prevalência de tabaco entre adultos no Uruguai.

Fonte: El Pais – Edição: SE-Conicq

<http://www.guiademidia.com.br/acessar-o-jornal-internacional.htm?http://www.elpais.com.uy/>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

**Expediente:**

Este boletim é produzido pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

INCA - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: conicq@inca.gov.br

Edição: Alexandre Octávio

Conselho Editorial: Alessandra Machado, Ana Paula Teixeira, Christiane Pereira, Naira Vosmirko

Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA